

Papa e Beto divergem em 10 das 13 medidas

Câmara alterou projeto de lei anticorrupção

NATHÁLIA DE ALCANTARA

DA REDAÇÃO

Dois políticos da Baixada Santista participaram da votação do pacote de medidas de combate à corrupção, aprovado na madrugada de ontem, por 450 votos a 1, na Câmara. Beto Mansur (PRB) votou pela mudança da proposta original, enquanto João Paulo Papa (PSDB) decidiu alterar três pontos.

Confira no quadro ao lado como votaram Papa e Mansur. Já o deputado Marcelo Squassoni (PRB) está no exterior e não votou.

Na votação, vários destaques (sugestões de mudança ao texto do relator da proposta) foram apresentados e aprovados pelos deputados, o que mudou completamente o projeto inicial, que continha dez e não 13 medidas.

Papa conversou com A Tribuna por quase uma hora e explicou suas escolhas. Ele disse que votou três vezes de maneira discordante do relator.

O primeiro deles é no item 3 do quadro ao lado, o teste de integridade. O deputado votou para derrubar a medida.

“Teste de integridade de fato não dá para apoiar. Ele pode transformar a administração pública num palco de desconfiança, abre a possibilidade de muitas ações trabalhistas por perseguição, assédio moral e inclusive indenizações”, afirmou Papa.

“Imagina o ambiente desse

Integridade

“Teste de integridade de fato não dá para apoiar. Ele pode transformar a administração pública num palco de desconfiança”

João Paulo Papa, deputado federal (PSDB)

servidor de insegurança. É um flagrante preparado”, disse o parlamentar.

DEFESA PRÉVIA

A segunda discordância explicada por ele é sobre a defesa prévia. Neste caso, Papa também votou não para o item que previa o fim da defesa prévia em ações de atos de improbidade.

“Votei para não mexer nesse item. Essa lei é consagrada e aplicada, que prevê que antes do juiz abrir o processo ele dê ao denunciado o prazo de defesa prévia, o que ao meu ver é extremamente saudável”, disse Papa.

“Em muitos casos, o esclarecimento resolve e a denúncia não tem consistência. Com um arquivamento, não se acumulam processos”, comentou ele.



Beto Mansur: maioria de seus votos foi pela alteração do projeto de lei



Na votação, Papa discordou três vezes da proposta original do relator

No terceiro e último item em que votou diferente do relator, Papa votou negativamente pra responsabilização de dirigentes partidários. “Votei para manter a responsabilização apenas quando houver irregularidade grave e com enriquecimento ilícito. Ou seja, quando há desaprovação de contas”.

OUTROS DEPUTADOS

A Reportagem de A Tribuna entrou em contato com a assessoria de comunicação de Beto por diversas vezes ontem, mas foi informada de que ele presidia uma sessão e não poderia dar entrevista.

No entanto, conforme quadro ao lado, a maioria de suas escolhas foi favorável para a desfiguração do projeto de lei anticorrupção.

SQUASSONI

Já o deputado Marcelo Squassoni (PRB) não participou da votação por estar, esta semana, em viagem oficial aos Estados Unidos, onde acompanha as atividades da Comissão Especial do Marco Regulatório dos Jogos.

Segundo a assessoria de imprensa do deputado, a missão do grupo é conhecer em detalhes sistemas de segurança e de tributação dos empreendimentos deste ramo no País.

Como os deputados da região votaram

Regra	O que é	Beto Mansur	João Paulo Papa
1. Reportante do bem	Proposta de amparo legal e financeiro pra quem fizer denúncias em defesa do patrimônio público. Nessa votação, o não é para derrubar a medida.	não	sim
2. Abuso de autoridade	Juizes e promotores poderão ser processados, com pena de seis meses a dois anos de reclusão.	sim	não
3. Teste de integridade	Fazer testes para ver se o servidor é flagrado em ato de corrupção. Nessa votação, o não é para derrubar a medida.	não votou	não
4. Domínio de bens	Retira os bens do réu quando seus bens e propriedades vierem de dinheiro ilícito. Nessa votação, o não é para derrubar a medida.	não	sim
5. Progressão de pena	Prevê regime de progressão de pena para quem ressarcir os cofres públicos. Nessa votação, o não é para derrubar a medida.	não	sim
6. Prescrição de crimes	Retirava do projeto uma mudança na lei que dificultaria a prescrição de penas no País, que é quando o processo não pode seguir porque a Justiça não conseguiu concluí-lo em tempo hábil.	sim	não
7. Enriquecimento ilícito	Torna crime o enriquecimento ilícito de servidores, além de prever o confisco dos bens relacionados ao crime. Nessa votação, o não é para derrubar a medida.	não	sim
8. Defesa prévia	Prevê o fim da defesa prévia em ações de atos de improbidade. Nessa votação, o não é para derrubar a medida.	não	não
9. Acordos penais	Permitia que defesa e acusação fechassem acordos no caso de crimes menos graves para tentar simplificar os processos. Nessa votação, o não é para derrubar a medida.	não	sim
10. Exercício irregular da advocacia	Detenção de um a dois anos para quem exercer advocacia irregularmente, além de punir membros da Justiça, do Ministério Público ou da polícia que violarem o direito de advogado.	sim	não
11. Acordos de leniência	Prevê celebração de acordos de leniência (quando empresas reconhecem crimes em troca de redução de punição) pelo Ministério Público. Nessa votação, o não é para derrubar a medida.	não	sim
12. Dirigentes partidários	Exclui a responsabilização de dirigentes partidários só se houver irregularidade grave e com enriquecimento ilícito. Nessa votação, o não é para derrubar a medida.	não	não
13. Multa a partidos	Oficializa multas a partidos políticos responsabilizados por atos ilícitos. Nessa votação, o não é para derrubar a medida.	não	sim

Propostas serão avaliadas só em 2017

■ O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que a decisão da Câmara sobre o pacote de medidas anticorrupção “não pode sofrer pressão externa”.

Renan, porém, foi derrotado no Senado ao não conseguir dar urgência à proposta aprovada pela Câmara. O peemedebista diz que “respeitará” os prazos regimentais e enviará o texto às comissões permanentes, o que deve adiar a análise do plenário para o próximo ano.

Ele disse que o pacote anticorrupção apresentado pelo Ministério Público Federal, com apoio de mais de 2 milhões de assinaturas da sociedade, estava “fadado” a sofrer modificações.

O senador avaliou que alguns pontos só seriam aprova-

Panelaço

Um panelaço marcado pelas redes sociais sobre às 20h30 de ontem protestou ontem contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), segundo relatos de usuários do Twitter. Com a hashtag #panelaço, os tweets se concentraram em São Paulo e Rio de Janeiro, alguns com registros em vídeos.

dos em um “regime fascista”, como o teste da integridade e a legalização de provas ilícitas.

Renan rebateu as declarações dos coordenadores da força-tarefa da Lava Jato, que ameaçaram deixar as investiga-

ções caso o presidente Michel Temer sancione o texto da forma que está. Os procuradores acusam os deputados de terem “desfigurado” a proposta enviada pelo MPF ao Congresso.

Na noite de ontem, o requerimento de Renan para votar o projeto em regime de urgência provocou um forte protesto entre parlamentares contrários às modificações feitas em texto pela Câmara.

Ao anunciar a intenção de votar a matéria, Renan apenas leu o número do projeto e as leis que seriam alteradas e não do que tratava exatamente o texto. O líder do governo, Aloysio Nunes (PSDB-SP) questionou: “mas do que se trata?”. Em seguida, Renan voltou a ler as leis que seriam alteradas e a urgência acabou caindo. (EC)



Para presidente do Senado, proposta do Ministério Público tinha itens típicos de um regime “fascista”